

São Francisco Odontologia Ltda.

Demonstrações Financeiras Reapresentadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REAPRESENTADAS

Aos Cotistas e Administradores da
São Francisco Odontologia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Odontologia Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Francisco Odontologia Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 29 de março de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Operadora, as quais estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.1 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o reconhecimento das obrigações advindas do programa de incentivo de longo prazo estabelecido pela Operadora para os seus executivos, no montante de R\$1.920 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Operadora mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas contratualmente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 19 de agosto de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa			PASSIVO	Nota explicativa		
		2018 (Reapresentado)	2017			2018 (Reapresentado)	2017
ATIVO CIRCULANTE		33.225	20.712	PASSIVO CIRCULANTE		18.736	7.278
Disponível		70	62	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		5.845	4.243
Realizável		33.155	20.650	Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	8	179	159
Aplicações financeiras	3	28.818	19.064	Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	8	4.251	2.949
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		7.223	4.550	Provisão de eventos a liquidar para prestadores de serviços assist	9	1.415	1.135
Aplicações não vinculadas		21.595	14.514				
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4	2.951	1.392	Comercialização sobre operações		287	45
Contraprestação pecuniária a receber		1.837	563	Tributos e contribuições a recolher	10	1.844	1.214
Contraprestação pecuniária a receber - partes relacionadas	14	1.114	829	Débitos diversos	11	8.343	1.467
Bens e títulos a receber		1.386	194	Débitos diversos - partes relacionadas	14	497	309
				Programa de incentivo de executivos	13	1.920	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		14.506	4.741	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.628	2.678
Realizável a longo prazo		3.696	2.866	Débitos diversos	11	1.405	891
Ativo fiscal diferido	19	1.739	756	Provisão para riscos	12	2.223	1.787
Depósitos judiciais	5	1.957	2.110				
Imobilizado	6	329	188	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	25.367	15.497
Imobilizado de uso próprio - hospitalares / odontológicos		9	11	Capital social		16.674	6.674
Imobilizado de uso próprio - não hospitalares / odontológicos		320	177	Reservas de lucros		8.693	8.823
Intangível	7	10.481	1.687				
TOTAL DO ATIVO		47.731	25.453	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.731	25.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2018 (Reapresentado)	2017
Contraprestações líquidas	16	75.343	53.987
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		78.470	56.205
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(3.127)	(2.218)
Eventos indenizáveis líquidos		(35.496)	(24.882)
Eventos conhecidos ou avisados	17	(34.193)	(23.982)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(1.304)	(900)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		39.847	29.105
Outras receitas operacionais		4.251	243
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(95)	(212)
Provisão para perdas sobre créditos		(2.548)	(1.987)
Resultado bruto		41.455	27.149
Despesas de comercialização	18	(7.973)	(2.161)
Despesas administrativas	18	(21.223)	(15.362)
Resultado financeiro líquido		1.060	1.071
Receitas financeiras	19	1.672	1.631
Despesas financeiras	19	(612)	(560)
Resultado antes dos impostos e participações		13.319	10.697
Correntes:			
Imposto de renda corrente	20	(3.712)	(2.728)
Contribuição social corrente	20	(1.377)	(1.015)
Diferidos:			
Imposto de renda diferido	20	723	121
Contribuição social diferido	20	260	44
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.213	7.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	(Reapresentado)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.213	7.119
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>9.213</u>	<u>7.119</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		6.674	2.047	-	8.721
Distribuição de lucros	15 b.	-	(343)	-	(343)
Lucro líquido do exercício		-	-	7.119	7.119
Destinação à reserva de lucros		-	7.119	(7.119)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>6.674</u>	<u>8.823</u>	<u>-</u>	<u>15.497</u>
Aumento de capital	15 a.	10.000	-	-	10.000
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	15 b.	-	(7.780)	-	(7.780)
Distribuição de lucros do exercício	15 b.	-	-	(520)	(520)
Juros sobre o capital próprio a pagar	15 c.	-	(1.043)	-	(1.043)
Lucro Líquido do exercício					
Originalmente apresentado		-	-	10.480	10.480
(-) Ajustes de reapresentação		-	-	(1.267)	(1.267)
(=) Lucro líquido do exercício ajustado		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.213</u>	<u>9.213</u>
Destinação à reserva de lucros		-	8.693	(8.693)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (reapresentado)		<u>16.674</u>	<u>8.693</u>	<u>-</u>	<u>25.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
	(Reapresentado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Recebimento de planos de saúde	80.618	56.754
Outros recebimentos operacionais	1.630	333
Resgate de aplicações financeiras		63
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(33.403)	(22.960)
Pagamento de comissões	(4.569)	(1.057)
Pagamento de pessoal	(5.796)	(4.889)
Pagamento de pró-labore	(46)	(371)
Pagamento de serviços de terceiros	(1.227)	(938)
Pagamento de tributos	(10.990)	(10.154)
Pagamento de aluguel	(145)	(95)
Pagamento de promoção/publicidade	(45)	(42)
Aplicações financeiras	(2.673)	(1.794)
Outros pagamentos operacionais	(8.196)	(6.421)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.158	8.429
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado e intangível	(9.770)	(689)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.770)	(689)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento de capital em espécie	10.000	-
Lucros distribuídos e pagos	(8.300)	(343)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	1.700	(343)
AUMENTO DE DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	7.088	7.397
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa:		
Disponível e aplicações não vinculadas no final do exercício	21.665	14.576
Disponível e aplicações não vinculadas no início do exercício	14.577	7.179
AUMENTO DE DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	7.088	7.397
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.213	7.119
Depreciações e amortizações	409	166
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(653)	-
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Varição das aplicações vinculadas a provisões técnicas	(2.673)	(1.794)
Varição de créditos das operações com planos de assistência à saúde	(1.539)	(1.357)
Varição dos bens e títulos a receber	(1.193)	78
Varição de depósitos judiciais e fiscais	153	(378)
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.583	3.940
Varição dos tributos e encargos a recolher	667	226
Varição dos débitos diversos	7.270	430
Varição do programa de incentivo dos executivos	1.920	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.158	8.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO FRANCISCO ODONTOLOGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REAPRESENTADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Francisco Odontologia Ltda. ("Operadora"), nasceu em 1998 na cidade de Ribeirão Preto no estado de São Paulo, através da idealização de um grupo de profissionais da área odontológica que tinham a preocupação em criar soluções corporativas para o tratamento da saúde bucal. A São Francisco Odontologia tem como objetivo a prestação de serviços odontológicos, de administração, assessoria e implantação de sistemas de operação exclusiva de planos privados de assistência à saúde no segmento odontológico e organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação. Para atendimento aos usuários, os serviços são prestados em unidades próprias e por profissionais e clínicas conveniadas. Ao longo dos anos, a São Francisco Odontologia vem apresentando um crescimento significativo, que em 2018 se reflete no atendimento de mais de 6.000 credenciados, distribuídos em 1.029 municípios e em 26 estados brasileiros. A São Francisco Odontologia possui em 2018 867.614 vidas (492.400 vidas e 2017).

A Operadora atende as exigências da Lei 9.656/98 e possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 36.531-9.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A RN nº 290/12 determinou que a escrituração das operações do mercado de saúde deve obedecer, no que não contrariar os dispositivos dessa instrução, às normas estabelecidas pela Resolução nº 2016/NBCTSPEC, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.1.1 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram originalmente aprovadas pela Administração e emitidas no dia 29 de março de 2019 e estão sendo reapresentadas e reemitidas para refletir as obrigações advindas do programa de incentivo de longo prazo estabelecido entre a Operadora e seus respectivos executivos (nota explicativa nº 13). Esses contratos do programa de incentivo de longo prazo foram assinados em 7 de março de 2018 e, dessa forma, não houve impactos nos valores correspondentes aos exercícios anteriores.

Os efeitos apurados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial

	31 de dezembro de 2018		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	33.225	-	33.225
Disponível	70	-	70
Realizável	33.155	-	33.155
Aplicações financeiras	28.818	-	28.818
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	7.223	-	7.223
Aplicações não vinculadas	21.595	-	21.595
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	2.951	-	2.951
Contraprestação pecuniária a receber	1.837	-	1.837
Contraprestação pecuniária a receber - partes relacionadas	1.114	-	1.114
Bens e títulos a receber	1.386	-	1.386
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.853	653	14.506
Realizável a longo prazo	3.043	653	3.696
Ativo fiscal diferido	1.086	653	1.739
Depósitos judiciais	1.957	-	1.957
Imobilizado	329	-	329
Imobilizado de uso próprio - hospitalares / odontológicos	9	-	9
Imobilizado de uso próprio - não hospitalares / odontológicos	320	-	320
Intangível	10.481	-	10.481
TOTAL DO ATIVO	47.078	653	47.731
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	16.816	1.920	18.736
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	5.845	-	5.845
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	179	-	179
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	4.251	-	4.251
Provisão de eventos a liquidar para prest. serviços assistenciais	1.415	-	1.415
Comercialização sobre operações	287	-	287
Tributos e contribuições a recolher	1.844	-	1.844
Débitos diversos	8.343	-	8.343
Débitos diversos - partes relacionadas	497	-	497
Programa de incentivo de longo prazo	-	1.920	1.920
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.628	-	5.548
Débitos diversos	1.405	-	1.405
Provisão para riscos	2.223	-	2.223
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.634	(1.267)	25.367
Capital social	16.674	-	16.674
Reservas de lucros	9.960	(1.267)	8.693
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.078	653	47.731

Demonstração do resultado

	31 de dezembro de 2018		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Contraprestações líquidas	75.343	-	75.343
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	78.470	-	78.470
Tributos diretos de oper. com planos de assist. à saúde operadora	(3.127)	-	(3.127)
Eventos indenizáveis líquidos	(35.496)	-	(35.496)
Eventos conhecidos ou avisados	(34.193)	-	(34.193)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(1.304)	-	(1.304)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	39.847	-	39.847
Outras receitas operacionais	4.251	-	4.251
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(95)	-	(95)
Provisão para perdas sobre créditos	(2.548)	-	(2.548)
Outras receitas e despesas	-	(1.920)	(1.920)
Resultado bruto	41.455	-	41.455
Despesas de comercialização	(7.973)	-	(7.973)
Despesas administrativas	(19.303)	(1.920)	(21.223)
Resultado financeiro líquido	1.060	-	1.060
Receitas financeiras	1.672	-	1.672
Despesas financeiras	(612)	-	(612)
Resultado antes dos impostos e participações	15.239	(1.920)	13.319
Correntes:			
Imposto de renda corrente	(3.712)	-	(3.712)
Contribuição social corrente	(1.377)	-	(1.377)
Diferidos:			
Imposto de renda diferido	243	480	723
Contribuição social diferido	87	173	260
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.480	(1.267)	9.213

Demonstração do resultado abrangente

	31 de dezembro de 2018		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.480	(1.267)	9.213
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	10.480	(1.267)	9.213

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Saldos originalmente apresentados			
	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.674	2.047	-	8.721
Distribuição de lucros	-	(343)	-	(343)
Lucro líquido do exercício	-	-	7.119	7.119
Destinação à reserva de lucros	-	7.119	(7.119)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.674	8.823	-	15.497
Aumento de capital	10.000	-	-	10.000
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	(7.780)	-	(7.780)
Distribuição de lucros do exercício	-	-	(520)	(520)
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	(1.043)	-	(1.043)
Lucro líquido do exercício	-	-	10.480	10.480
Destinação à reserva de lucros	-	9.960	(9.960)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	16.674	9.960	-	26.634
	Saldos reapresentados			
	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.674	2.047	-	8.721
Distribuição de lucros	-	(343)	-	(343)
Lucro líquido do exercício	-	-	7.119	7.119
Destinação à reserva de lucros	-	7.119	(7.119)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.674	8.823	-	15.497
Aumento de capital	10.000	-	-	10.000
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	(7.780)	-	(7.780)
Distribuição de lucros do exercício	-	-	(520)	(520)
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	(1.043)	-	(1.043)
Lucro líquido do exercício	-	-	9.213	9.213
Destinação à reserva de lucros	-	8.693	(8.693)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	16.674	8.693	-	25.367

Demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2018		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.480	(1.267)	9.213
Depreciações e amortizações	409	-	409
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(653)	(653)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Varição das aplicações vinculadas a provisões técnicas	(2.673)	-	(2.673)
Varição de créditos das operações com planos de assistência à saúde	(1.539)	-	(1.539)
Varição dos bens e títulos a receber	(1.193)	-	(1.193)
Varição de depósitos judiciais e fiscais	153	-	153
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.583	-	1.583
Varição dos tributos e encargos a recolher	667	-	667
Varição do programa de incentivo dos executivos	-	1.920	1.920
Varição dos débitos diversos	7.270	-	7.270
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.158	-	15.158

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Operadora, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Novos pronunciamentos técnicos, revisões, alterações e interpretações já emitidas, porém ainda não adotadas pela Operadora:

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e/ou não foram aprovadas pela ANS:

- CPC 48 – Instrumentos financeiros

Estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Essa nova norma substitui o CPC 38 – "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

- CPC 47 – Receita de contrato com cliente

A nova norma substitui o CPC 17 – "Contratos de Construção", o CPC 30 – "Receitas" e correspondentes interpretações, e traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Sociedade tenha direito na operação.

- CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil/Leasing:

A nova norma altera o CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para, praticamente, todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

- IFRS 17 – Contratos de seguros (ainda não normatizado pelo CPC)

A alteração dessa norma determina a agregação de contratos em grupos, de forma a limitar a compensação de contratos lucrativos contra os onerosos. A segregação da carteira deve ser, no mínimo, entre: i) grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos e; iii) grupo de quaisquer contratos remanescentes na carteira. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Não há outras normas CPCs ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Operadora.

2.4. Principais políticas contábeis

a) Disponível e aplicações não vinculadas

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, registrados em aplicações financeiras.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração da Operadora determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado na data inicial de sua aquisição.

A Operadora classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. Os ativos desta categoria são, em geral, classificados como ativos circulantes.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Operadora não detinha instrumentos derivativos e não identificou derivativos embutidos em seus contratos de seguros.

ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Operadora compreendem créditos de operações com planos de assistência à saúde e títulos e créditos a receber. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representados pelos valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde.

Provisão para perdas sobre créditos

Constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 60 dias, nos casos de operações com planos individuais, e há mais de 90 dias para todos os demais planos. A provisão é constituída incluindo todas as parcelas a vencer desses contratos, quando consideradas não realizáveis pela Administração da Operadora.

c) Imobilizado

Demonstrado ao valor de custo aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso; os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente no resultado. As depreciações são calculadas considerando os seguintes anos como vida útil econômica estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

d) Intangível

Correspondem ao software e carteira de clientes de beneficiários de planos de assistência a saúde. O software é mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

As carteiras de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, deduzidas da amortização correspondente. A Operadora e sua controlada estimaram a vida econômica das carteiras de clientes em dez anos com base na expectativa de obtenção de fluxos positivos e benefícios econômicos do ativo.

e) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido dos ativos excede seu valor recuperável é constituída provisão para ajustar o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável. Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões sobre ativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

f) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas constituídas são:

- A Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA): determinada pela Resolução Normativa nº 393/15, deve ser estimada atuarialmente para fazer frente aos pagamentos de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência à saúde.
- Provisão de eventos a liquidar: A Resolução Normativa nº 400/16 determinou a constituição dessa provisão, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação dos prestadores de serviços, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

São reconhecidos pelo valor justo, na prática, e correspondem ao valor da fatura apurada com base nos serviços prestados apontados nos registros de produção médica dos cooperados e credenciados, bem como faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela Operadora, conforme estabelecido pela Instrução Normativa IN nº 32/2009.

- Provisão para prêmios não ganhos (PPCNG): conforme RN nº 314, de 23 de novembro de 2012, esta provisão deve ser constituída para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. O cálculo da PPCNG deve apurar a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura de risco, nos contratos em pré-pagamento, por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes na data base de sua constituição.

A PPCNG deve ser constituída diariamente, a partir do início de vigência, e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

g) Provisão para riscos

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Operadora espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

A provisão para riscos, se necessária, é registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Operadora e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente pela taxa Selic. Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante e também são atualizados monetariamente.

h) Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos). Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até o final de cada exercício, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. Quando necessário, é constituída provisão em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

i) Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% o que exceder a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

Diferidos

Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, quando aplicável, e registrados no ativo não circulante, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

j) Reconhecimento das receitas operacionais

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 314 de 23 de novembro de 2012, a receita operacional é reconhecida no período de cobertura do risco incorrido ("pro rata dia"). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura, seu valor é registrado na rubrica "provisão de prêmios não ganha", no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência odontológica são contabilizadas pelo regime de competência.

k) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são contabilizados com base nas notificações comunicadas à Operadora de acordo com a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Com base em premissas, a Operadora faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Operadora constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do Anexo da RN nº 418/2016 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme disposto a seguir: a) nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; b) para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de noventa dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; c) para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde da própria Operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias, a totalidade do crédito foi provisionada.

Vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de impairment

A Operadora reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na estimativa de vida útil remanescente de cada grupo de ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na utilização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

Provisão para riscos

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Operadora tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Operadora utiliza metodologia atuarial própria, devidamente consubstanciada por uma Nota Técnica Atuarial – NTA, aprovada pela ANS, para o cálculo da PEONA. O critério de cálculo utilizado baseia-se no percentual médio ponderado obtido através da construção do "Triângulo de Run-off", relativo aos valores não avisados, segundo o mês de ocorrência do evento e registradas de acordo com as normas da ANS.

A metodologia utilizada para o cálculo da PEONA possui duas variáveis importantes: dias de atraso para registro contábil dos eventos e média de doze meses do custo assistencial em pré-pagamento.

Programa de incentivo de executivos

O programa de incentivo de executivos (nota explicativa nº 13), estabelecido em 2018, é considerado como um instrumento de dívida que requer julgamento e estimativas para a sua quantificação, entre elas: i) projeção dos resultados futuros das operações da Operadora; ii) expectativa se os executivos permanecerão na Operadora; iii) estimativa da data de ocorrência do evento de liquidez (venda de participação acionária); iv) taxa de desconto. Essas estimativas e julgamentos foram realizados considerando informações e dados disponíveis na data-base dessas demonstrações financeiras. Informações e dados futuros podem influenciar significativamente a quantificação e período de realização dessa estimativa.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Modalidade</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vinculadas às provisões técnicas: (i)		
Fundo de investimento dedicado ao setor de saúde suplementar - ANS RF	7.223	4.550
Não vinculadas às provisões técnicas: (ii)		
Fundos de Investimento	7.497	12.718
Certificado de depósito bancário - CDB	100	506
Operações Compromissadas	<u>13.998</u>	<u>1.290</u>
Total	<u>28.818</u>	<u>19.064</u>

- (i) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas nos termos da RN nº 392/2015. A vinculação foi realizada em Fundo de Investimento Dedicado à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras com atualização média entre 97,95% a 125,07% (94% a 95% em 31 de dezembro de 2017) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Em 2018 a Operadora fez um estudo visando o aumento da rentabilidade e migramos os saldos para fundos vinculados com maiores rentabilidades.
- (ii) As aplicações não vinculadas às provisões técnicas estão representados por aplicações financeiras em Operações compromissadas, CDBs e Fundos de Investimentos, com atualização média entre 68% e 103% (115% em 31 de dezembro de 2017) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI), mantidas em instituições bancárias as quais a Administração entende ser de primeira linha, de acordo com o rating divulgado pelas agências de risco, apresentam liquidez imediata e insignificante risco de valor, sendo portanto classificadas como equivalentes de caixa.

O aumento dessas aplicações está atrelado ao aumento do faturamento da Operadora, bem como o aumento do número de vidas de beneficiários dos planos odontológicos (375.214 novas vidas).

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A composição das contas "Créditos de operações com planos de assistência à saúde", por idade de vencimento, está demonstrada a seguir:

	31/12/2018				
	A vencer	Vencidas			Total
		Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	
Contraprestação pecuniária a receber	1.455	1.632	503	5.726	9.316
Provisão para perdas sobre créditos					(6.365)
Total líquido					<u>2.951</u>

	31/12/2017				
	A vencer	Vencidas			Total
		Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	
Contraprestação pecuniária a receber	278	1.308	763	2.925	5.274
Provisão para perdas sobre créditos					(3.882)
Total líquido					<u>1.392</u>

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.077)
Adição (despesas do exercício)	(2.149)
Reversão/baixas	344
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.882)
Adição (despesas do exercício)	(3.068)
Reversão/baixas	585
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(6.365)</u>

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro, a Operadora possui depósitos judiciais como garantia as ações judiciais das quais participa conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhista	120	110
Tributária (i)	<u>1.837</u>	<u>2.000</u>
	<u>1.957</u>	<u>2.110</u>

- (i) A Operadora, em conjunto com outras empresas do setor, iniciou ação judicial requerendo liminar para indeferimento da obrigação referente a contribuição patronal (20%) ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da Operadora. Nesse contexto de discussão, a Operadora registrou passivo equivalente no montante de R\$1.148, em 31 de dezembro de 2014, e realizou o respectivo depósito judicial. Após essa data, não houveram novos depósitos e a Operadora vem atualizando os saldos monetariamente.

6. IMOBILIZADO

<u>Custo</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos odontológicos</u>	<u>Equipamentos de Informática</u>	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Instalações</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	49	13	372	47	3	484
Aquisições	-	6	106	-	-	112
Baixas	-	-	(2)	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49	19	476	47	3	594
Aquisições	15	17	181	-	-	213
Baixas	-	(5)	-	-	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	64	31	657	47	3	801
<u>Depreciação</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(36)	(12)	(272)	(47)	(1)	(368)
Depreciação do exercício	(2)	(1)	(35)	-	-	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(38)	(13)	(307)	(47)	(1)	(406)
Depreciação do exercício	(3)	(1)	(63)	-	-	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(41)	(14)	(310)	(47)	(1)	(472)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	11	6	169	-	2	188
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	23	17	287	-	2	329
Taxas médias anuais de depreciação	10%	10%	20%	20%	4%	-

A Operadora monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável dos mesmos. Para os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração da Operadora não identificou qualquer indicio de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Anualmente, a Operadora analisa as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 2018, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2017.

7. INTANGÍVEL

<u>Custo</u>	<u>Software</u>	<u>Aquisição de carteira de beneficiários (a)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	54	939	993
Aquisições	137	848	985
Baixas	-	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	192	1.785	1.977
Aquisições	86	9.050	9.136
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	278	10.835	11.113
<u>Amortização</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(23)	(139)	(162)
Amortização do exercício	(13)	(114)	(127)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(36)	(253)	(289)
Amortização do exercício	(27)	(315)	(342)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(63)	(568)	(631)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	155	1.532	1.687
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	215	10.266	10.481
Taxas médias anuais de amortização	20%	10%	-

(a) Em 2018, a Operadora adquiriu novas carteiras de clientes, no valor de R\$ 9.050 (R\$848 em 2017) o que representou um acréscimo de 92.061 novas vidas (28.799 em 2017).

O valor de aquisições de carteira no total de R\$9.050 refere-se a:

<u>Origem</u>	<u>Data de aquisição</u>	<u>Número de vidas</u>	<u>Valor</u>
SOSEP	01/12/2018	61.642	8.000
Oral Brasil Planos	01/05/2018	30.419	1.050
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>92.061</u>	<u>9.050</u>

A Administração da Operadora estimou a vida útil econômica das carteiras de cliente em 10 anos com base na expectativa de obtenção de fluxos positivos e benefícios econômicos do ativo.

A Operadora monitora o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável dos mesmos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração da Operadora não identificou qualquer indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Anualmente, a Operadora analisa as taxas de amortização dos itens do ativo intangível. Em 2018, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2017.

8. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

- a) A "provisão de contraprestação não ganhas" - PCNG, no valor de R\$179, em 31 de dezembro de 2018 (R\$159 em 2017), é calculada "pro rata dia", com base nos prêmios retidos e, tem por objetivo, provisionar a parcela correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo.
- b) A "provisão para eventos ocorridos e não avisados" (PEONA) no valor de R\$4.251 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.949 em 2017), registrada no passivo circulante, está constituída, desde janeiro de 2011, com base na Resolução Normativa - RN nº 393/2015 da ANS, sendo calculada conforme metodologia prevista em nota técnica atuarial - NTA. É destinada para fazer frente aos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora por falta de avisos. O valor apresentado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, corresponde ao valor integral da obrigação estimada.

9. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prestador de serviços - pessoa física	493	396
Prestador de serviços - pessoa jurídica	<u>922</u>	<u>739</u>
	<u>1.415</u>	<u>1.135</u>

Representam valores relativos à prestação de serviços odontológicos por terceiros em nome da Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	284	246
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	165	128
Impostos sobre serviços - ISS	619	75
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	250	334
PIS E COFINS	217	167
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	248	188
ISS retido de terceiros	5	4
PIS/COFINS/CS retidas de terceiros	56	72
	<u>1.844</u>	<u>1.214</u>

11. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores de serviços	391	317
Aquisição de carteira de clientes (a)	6.542	-
Adiantamentos diversos	312	181
Obrigações com pessoal	969	681
Outros (b)	1.534	1.179
	<u>9.748</u>	<u>2.358</u>
Passivo circulante	8.343	1.467
Passivo não circulante	1.405	891

- a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Operadora realizou a compra de duas novas carteiras de clientes de outras operadoras de saúde, registradas na rubrica "Intangível". A carteira da Oral Brasil foi adquirida em 01/05/2018, e foi integralmente paga em 2018, no valor de R\$1.050. A carteira da SOSEP foi adquirida, em 01/12/2018, pelo valor total de R\$8.000. Durante o ano de 2018, a Operadora efetuou o pagamento de R\$1.457, restando um saldo em aberto de R\$6.542 que será pago em 3 parcelas de R\$2.181 em 2019.
- b) Correspondem à taxa de saúde suplementar e multas administrativas da ANS. A taxa suplementar corresponde ao montante de R\$1.341 (R\$806 em 2017), e refere-se à taxa cobrada pela ANS para cada beneficiário de plano odontológico da Operadora. A referida taxa corresponde a R\$5,39 em 2018 e 2017 e sofre influência direta do aumento do número de vidas ocorrido em 2018. As multas administrativas representam o montante de R\$85 em 31 de dezembro de 2018 (R\$107 em 2017) e foram parceladas pela Operadora através do Refis.

12. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro, a Operadora constituiu provisão para ações judiciais relacionada a riscos cíveis, trabalhistas e tributários como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2018</u>
Cíveis	8	21	-	(8)	21	-	-	(7)	14
Trabalhistas	29	-	-	(29)	-	-	120	-	120
Tributários	1.656	-	110	-	1.766	71	245	-	2.089
	<u>1.693</u>	<u>21</u>	<u>110</u>	<u>(37)</u>	<u>1.787</u>	<u>71</u>	<u>1.439</u>	<u>(1.081)</u>	<u>2.223</u>

Provisões cíveis

A Operadora está discutindo diversas ações de natureza cível na esfera judicial, movidas por beneficiários que pleiteiam continuidade de atendimento, coberturas extensivas, ressarcimento de despesas e outras comuns às operadoras de saúde, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores.

A Operadora é parte de processos cíveis, de mesma natureza, no montante de R\$196 em 31 de dezembro de 2018 (R\$55 em 2017), cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Operadora.

Provisões trabalhistas

A Operadora está discutindo na justiça ações de natureza trabalhista, relacionadas, substancialmente, ao pleiteio pelo reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, 13º salário, verbas rescisórias e intervalo intrajornada, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores.

A Operadora é parte de processos trabalhistas, de mesma natureza, no montante de R\$230 em 31 de dezembro de 2017, cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Operadora. Em 31 de dezembro de 2018 não existiam causas trabalhistas avaliadas com risco de perda possível.

Provisões tributárias

Refere-se à contribuição patronal (20%) ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da Operadora, instituído pelo Artigo 22, III da Lei 8.212/91. A Operadora, em conjunto com outras empresas do setor, iniciou ação judicial requerendo liminar para indeferimento dessa obrigação. Nesse contexto de discussão, a Operadora registrou passivo equivalente no montante de R\$1.148 em 31 de dezembro de 2014 e realizou o respectivo depósito judicial. Após essa data, não houveram novos depósitos e a Operadora vem atualizando os saldos monetariamente.

Não há, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, causas tributárias cujo risco de perda foi definido como possível pelos assessores jurídicos da Operadora.

De acordo com a legislação vigente, os registros fiscais da Operadora estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais.

13. PROGRAMA DE INCENTIVO DE EXECUTIVOS

A Operadora aprovou, em 5 de março de 2018, por meio de reunião do Conselho de Administração, um programa de incentivo de longo prazo, oferecido aos seus principais executivos. O referido programa tem por objetivo estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Operadora, além de obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviços, bem como incentivar a permanência desses executivos na Operadora.

O referido programa prevê a premiação em dinheiro dos seus beneficiários com base na valorização de "ações virtuais" ("phantom shares") da Operadora, correspondendo apenas a um critério de referência. O programa não conferirá aos beneficiários a condição de acionista, bem como não outorgará aos beneficiários quaisquer direitos à aquisição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários da Operadora. Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo está sendo considerado como um passivo financeiro com a sua contrapartida no resultado do exercício.

A quantidade de ações virtuais destinadas a cada beneficiário é determinada com base em um contrato de adesão ao programa de incentivo de longo prazo para com cada executivo datados de 7 de março de 2018. Existe prazo de carência, representando 20% do total das ações virtuais outorgadas a cada beneficiário a cada ano. No entanto, o encerramento do prazo de carência não implica, automaticamente, no direito de exercer as ações virtuais, estando sempre o direito de exercer condicionado a data do evento de liquidez (oferta pública inicial, transferência de controle ou desinvestimento). Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo está sendo reconhecida, integralmente, em 2018, sem considerar o prazo de carência de 5 anos, considerando as estimativas e julgamentos necessários para a sua quantificação. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para incentivo de longo prazo monta R\$1.920 e está apresentado no passivo circulante.

A seguir estão apresentadas as principais premissas adotadas para a quantificação da provisão em 31 de dezembro de 2018: i) projeção dos resultados futuros das operações da Operadora; ii) expectativa se os executivos permanecerão na Operadora; iii) estimativa da data de ocorrência do evento de liquidez; e iv) taxa de desconto.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	31/12/2018						31/12/2017		
	São Francisco Saúde Ocupacional Ltda. (a)	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa (b)	São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. (c)	São Francisco Resgate Ltda. (d)	Fundação Maternidade Sinhá Junqueira (d)	SOMMA (d)	Documenta (d)	Total	Total
Transações:									
Receitas com prestação de serviços	-	9	11.160	229	184	15	49	11.646	8.705
Despesas	(1)	(105)	(5.104)	-	-	-	-	(5.210)	(3.318)
Total das transações	<u>(1)</u>	<u>(96)</u>	<u>6.056</u>	<u>229</u>	<u>184</u>	<u>15</u>	<u>49</u>	<u>6.436</u>	<u>5.387</u>
Saldo de:								31/12/2018	31/12/2017
Contraprestação pecuniária a receber	-	1	1.072	20	15	1	5	Total 1.114	829
Débitos diversos	-	(9)	(488)	-	-	-	-	(497)	(309)

A Operadora mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e, em condições específicas definidas contratualmente. As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, bem como os saldos existentes naquelas datas, são como segue:

- (a) As despesas referem-se à prestação de serviços médicos, exames admissionais, demissionais e periódicos da Operadora.
- (b) As receitas relacionam - se à contrapartida de serviços odontológicos prestados aos funcionários das partes relacionadas. As despesas referem-se à pagamento de aluguel pela utilização de salas no prédio da Avenida Portugal, nº 545.
- (c) As receitas referem-se ao repasse de recursos para cobertura de assistência odontológica vendidos em conjunto no contrato de assistência médica com a parte relacionada. As despesas originam-se do fato que os funcionários da Operadora são beneficiários da operadora, que é parte relacionada.
- (d) As receitas relacionam - se à contrapartida de serviços odontológicos prestados aos funcionários da parte relacionada.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades, é composta exclusivamente, de benefícios de curto prazo. Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em participação societária. Em 31 de dezembro de 2018, houve remuneração aos administradores da Operadora no montante de R\$69 (R\$159 em 2017).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Operadora é composto por 16.674.666 (6.674.666 em 2017) cotas no valor nominal de R\$1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado.

Em 17 de dezembro de 2018, os sócios da Operadora resolveram aumentar o capital mediante a criação de 10.000.000 novas cotas. Essas novas cotas foram integralmente subscritas e integralizadas, em espécie, no valor de R\$10.000, pelos sócios Geraldo Almeida Lima (para o qual cabem 1.000.000 cotas) e GSFRR Participações S.A. (para a qual cabem 9.000.000 cotas).

b) Destinação dos lucros

A destinação do lucro líquido do exercício é registrada contabilmente quando de sua deliberação pelos cotistas. A Operadora pode, a qualquer tempo, apurar balancetes e distribuir lucros. Os eventuais prejuízos são suportados pelos cotistas na proporção de suas participações no capital social.

Em 31 de dezembro de 2018, a Operadora distribuiu lucros no montante de R\$8.300 (R\$343 em 2017). A parcela remanescente do lucro líquido, destinada à reserva de lucros, está sujeita à deliberação dos cotistas.

c) Juros sobre capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Operadora calculou juros sobre capital próprio no montante bruto e líquido de, respectivamente, R\$1.043 e R\$887 com base na TJLP vigente no exercício. O montante calculado já foi distribuído no exercício.

d) O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

16. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prestação de serviços odontológicos - pessoas físicas	6.913	4.441
Prestação de serviços odontológicos - pessoas jurídicas	71.557	51.764
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	<u>(3.127)</u>	<u>(2.218)</u>
	<u>75.343</u>	<u>53.987</u>

O aumento de 40% no faturamento da Operadora está atrelado ao aumento no número de vidas durante o exercício, devido à aquisição de carteiras, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, aliado ao reajuste anual dos planos. Em dezembro de 2017, a Operadora possuía 492.400 vidas, ao passo que em dezembro de 2018 esse número passou a ser de 867.614 vidas.

17. EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS

Conforme exigido pela ANS através da Resolução Normativa - RN Nº 344, de 20 de dezembro de 2013, a abertura do quadro de eventos odontológicos encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cobertura assist. pré-estabelecido (individuais ou familiares) antes da Lei 9.656/1998	-	-
Cobertura assist. pré-estabelecido (individuais ou familiares) pós Lei 9.656/1998	2.711	2.058
Cobertura assist. pré-estabelecido (coletivos por adesão) antes da Lei 9.656/1998	-	-
Cobertura assist. pré-estabelecido (coletivos por adesão) pós Lei 9.656/1998	6.681	2.486
Cobertura assist. pré-estabelecido (coletivos empresariais) pós Lei 9.656/1998	24.799	19.420
Cobertura assist. pós-estabelecido (coletivos empresariais) pós Lei 9.656/1998	<u>2</u>	<u>18</u>
	<u>34.193</u>	<u>23.982</u>

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Odontológicos, do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º Trimestre 2018 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 1 de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido - Carteira de Planos Individuais ou; Familiares após Lei 9.656/1998 (não auditado):

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Procedimentos</u>	<u>Procedimentos</u>
	<u>Odontológicos</u>	<u>Odontológicos</u>
Rede contratada	<u>2.711</u>	<u>2.058</u>
Total	<u>2.711</u>	<u>2.085</u>

18. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal (a)	7.207	6.937
Serviços de terceiros (a)	6.658	4.629
Localização e funcionamento	3.137	2.724
Propaganda e publicidade	1.013	570
Amortização e depreciação	410	166
Comissões (b)	7.973	2.161
Programa de incentivo de executivos	1.920	-
Diversas	878	336
	<u>29.196</u>	<u>17.523</u>
Despesas de comercialização	7.973	2.161
Despesas administrativas	<u>21.223</u>	<u>15.362</u>
Total	<u>29.196</u>	<u>17.523</u>

(a) O aumento das despesas com pessoal e serviços de terceiros reflete as novas contratações realizadas durante o ano de 2018 para atender o crescimento da Operadora. Parte desse crescimento é referente à aquisição de novas carteiras, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

- (b) O aumento das despesas com comissões está atrelado ao aumento do número de vidas da Operadora (375 mil novas vidas), e também a aquisição da carteira Oral Brasil, conforme notas explicativas nºs 7 e 11. Acrescido ao preço da carteira, a Operadora pagou o correspondente à R\$2.300 referente à agenciamento e corretagem, e assumiu o compromisso de pagar R\$25, durante o primeiro ano de vigência do contrato, à título de corretagem.

19. RESULTADO FINANCEIRO

<u>Receitas financeiras</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas de aplicações financeiras	1.433	1.275
Receitas por recebimento em atraso	94	97
Outras receitas financeiras	<u>145</u>	<u>259</u>
	1.672	1.631
<u>Despesas financeiras</u>		
Descontos concedidos	(521)	(447)
Despesas por pagamento em atraso	<u>(91)</u>	<u>(113)</u>
	(612)	(560)
Receitas financeiras	1.672	1.631
Despesas financeiras	<u>(612)</u>	<u>(560)</u>
Total	<u>1.060</u>	<u>1.071</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

<u>Sobre diferenças temporárias</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Programa de incentivo de longo prazo (nota 13)	1.920	
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	133	21
Provisão para contingências tributárias	1.468	1.397
Taxa de saúde suplementar	1.341	806
Provisão referente ao ISS	252	-
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Ativo fiscal diferido	<u>1.739</u>	<u>756</u>

Os títulos que compõem a provisão para perdas sobre créditos atingiram os critérios fiscais para dedutibilidade na apuração de imposto de renda e contribuição social e, por essa razão, foram excluídos da base do diferido.

A Operadora, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus cotistas, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Operadora.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Operadora estima realizar imposto de renda e a contribuição social diferidos em 2019.

- b) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do exercício antes dos impostos	13.319	10.697
Alíquotas	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição social	<u>(4.528)</u>	<u>(3.638)</u>
Juros sobre capital próprio	1.043	-
Outras diferenças permanentes	<u>(621)</u>	<u>60</u>
Total	<u><u>(4.106)</u></u>	<u><u>(3.578)</u></u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(5.089)	(3.743)
Diferido	<u>983</u>	<u>165</u>
Total	<u><u>(4.106)</u></u>	<u><u>(3.578)</u></u>

21. PATRIMÔNIO MÍNIMO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

De acordo com a Resolução Normativa - RN nº 313 de 23 de novembro de 2012, a Operadora deve apresentar Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA, determinado pela multiplicação do capital mínimo e fator k definidos pela ANS. Em 31 de dezembro de 2018 o PMA da Operadora é de R\$35 (R\$33 em 2017) calculados conforme premissas demonstradas a seguir:

- (1) Em atendimento ao art. 3º da Resolução Normativa - RN nº 274, de 24 de outubro de 2011, a ANS divulga, anualmente, os parâmetros para atualização do capital mínimo a ser considerado no cálculo do PMA pelas operadoras de planos de saúde. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor do capital mínimo divulgado pela ANS foi de R\$8.503 (R\$8.146 em 2017).
- (2) De acordo com o art.3º da Resolução Normativa - RN 160, de 3 de julho de 2007, o fator K é divulgado pela ANS na Tabela do Anexo I da referida resolução normativa. Para operadoras no segmento "odontologia de grupo - SOT", pertencentes à região de comercialização 5, como é o caso da Operadora, o fator "k" determinado é de 3,37%.

A Operadora é requerida a atender os índices determinados pela ANS para margem de solvência. Em 31 de dezembro de 2018, a margem de solvência da Operadora calculada de acordo com os requerimentos da ANS era de R\$13.876 (R\$13.196 em 2017), e atende ao que é requerido pela norma:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Base de cálculo ⁽³⁾	15.694	11.241
Percentual parcelamento margem de solvência ⁽⁴⁾	<u>70,52%</u>	<u>63,14%</u>
Total patrimônio líquido exigido	11.067	7.098
Patrimônio líquido da Operadora	16.154	8.378
Resultado líquido do exercício	9.213	7.119
Adições e deduções por efeito econômico ⁽⁵⁾	<u>(11.491)</u>	<u>(2.301)</u>
Resultado da margem de solvência	13.876	13.196
Sobra de margem	<u><u>2.809</u></u>	<u><u>6.098</u></u>

- (3) A base de cálculo para a margem de solvência, é definida através do resultado entre o total das contraprestações líquidas (receitas), dos últimos doze meses, em contrapartida ao total dos eventos líquidos (custos) dos últimos 36 meses. A ANS determina que, deverá ser considerado o maior valor entre as receitas e os custos, multiplicados pelos valores correspondentes, sendo 20% para as receitas, e 33% para os custos.
- (4) A Operadora deve apresentar Margem de Solvência conforme determinado no anexo VIII, da Resolução Normativa - RN 209/09, que apresenta a definição sobre a forma como deverá ser observada o parcelamento da margem de solvência das operadoras por segmentos. Em 31 de dezembro de 2018, a Operadora está incluída no seguimento terciário, operadoras que iniciaram suas operações antes de 19 de julho de 2001, cujo percentual parcelamento margem de solvência aplicável é de 70,52%.
- (5) De acordo com a Instrução Normativa - IN nº 50, de 23 de novembro de 2012, devem ser considerados no cálculo do patrimônio ajustado, as adições e deduções por efeitos econômicos. As adições correspondem às obrigações legais classificadas no passivo não circulante, excluída a parcela do ativo referente à transferência da responsabilidade de pagamento das obrigações legais, ocorridas nos termos do art. 4º da IN/DIOPE nº 20/08. As deduções correspondem ao ativo circulante intangível, exceto o montante referente a gastos com aquisição de carteiras de plano de assistência à saúde e com programas de promoção à saúde e prevenção de riscos e doenças, aprovados nos termos da IN Conjunta DIOPE/DIPRO nº 01/08.

Os ativos garantidores dessas provisões correspondem às aplicações financeiras que atendem os critérios estabelecidos pela RN nº 392 de 9 de dezembro de 2015, as quais estão lastreadas nos segmentos de rendas mencionadas como "vinculadas" e detalhadas na nota explicativa nº 3.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Informações gerais

A Operadora mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, tem operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controles consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- a) Aplicações financeiras: comentados e apresentados na nota explicativa nº 3.
- b) Créditos de operações com planos de assistência de saúde: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 4.
- c) Contraprestações pecuniárias a receber e tributos diversos de partes relacionadas: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 14.
- d) Outros valores a receber e outros passivos reconhecidos no ativo e passivo circulante e não circulante.

Mensurações de valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo no fim de cada exercício conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadoria e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras correspondem às características do Nível 2.

Gerenciamento de riscos

A Operadora opera, exclusivamente, com planos odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e pessoas físicas. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são o de flutuação dos custos odontológicos, de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração.

a) Risco de mercado e concorrência

A Operadora opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde e operadoras de planos de saúde e médicos hospitalares.

b) Risco de flutuação dos custos odontológicos

Os contratos possuem prazo indeterminado, cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

c) Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Através de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 4.

d) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

e) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém de a possibilidade da Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras.

A Operadora adota a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDB), em sua maior parte de grande porte, com liquidez imediata, bem como em títulos públicos, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN nº 392/2015, para a garantia das provisões técnicas.

O portfólio financeiro da Operadora está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico (CDI). Pelo fato de a Operadora não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 3.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

i) Aquisições de carteiras

Em fevereiro de 2019, a Operadora, por meio de contrato de compra e venda, adquiriu as carteiras de planos privados de assistência odontológica da APO – Assistência Odontológica Ltda., pelo valor R\$12.500, e da Dental Norte Assistência Odontológica Ltda., pelo valor R\$4.048, as quais possuíam em 1º de fevereiro de 2019, 77.342 vidas e 39.989 vidas, respectivamente. A ANS aprovou essas transações em março de 2019 e abril de 2019, respectivamente.

Em junho de 2019, a Operadora, através de contrato de compra e venda, adquiriu, por meio de compromisso de alienação total, a carteira de plano privado de assistência odontológica da Odontológico Serviços de Saúde Oral Ltda. - EPP, pelo valor de R\$2.337, que possuía em 18 de junho de 2019, 16.340 vidas. A ANS, através do ofício 65/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE aprovou a aquisição.

ii) Capital social

Em 06 de maio de 2019, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital social na Operadora de R\$10.000, mediante a emissão de 10.000 novas cotas, com valor nominal de R\$1,00.

iii) Alienação do controle da Operadora

Em 7 de maio de 2019, os acionistas da controladora da Operadora, aceitaram uma oferta, e venderam suas participações para o Grupo Hapvida, por meio da empresa Ultra Som Serviços Médicos Ltda.

Como contraprestação pela aquisição das ações, a compradora pagará aos vendedores a quantia de até R\$5.000.000 (cinco bilhões de reais), observado o percentual de participação nas ações de cada vendedor, assumindo uma dívida líquida e capital de giro para a data do fechamento e sendo composto por uma parcela fixa, uma parcela contingente, descontado do plano de incentivo de executivos.

Para fins do ajuste de preço, no prazo de até 60 dias a partir da data do fechamento (entende-se fechamento, somente após autorização do CADE e ANS, o que ocorrer por último), a vendedora enviará aos compradores o balanço consolidado na data do fechamento da controladora da Operadora, de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros e as Práticas Contábeis Recorrentes, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, auditado pela empresa de auditoria (com os honorários e despesas de contratação arcados pela Companhia) ("Balanço de Fechamento"), acompanhado dos cálculos do ajuste de preço feitos de boa-fé pela Compradora ("Relatório Inicial de Ajuste de Preço").

A transação só será efetivada, após autorização do CADE e ANS, e a confirmação da alienação do controle da Operadora pode derivar o vencimento antecipado de determinadas operações financeiras mantidas pela Operadora.

24. COBERTURA DE SEGURO

Em 31 de dezembro de 2018, a Operadora possui cobertura de seguros, cuja descrição encontra-se a seguir:

Bens Segurados: Imóveis, benfeitorias, máquinas, equipamentos, mobiliários, utensílios e mercadorias.

Riscos cobertos: Incêndio, raio, explosão qualquer natureza, roubo de valores em trânsito fora do estabelecimento, roubo/furto de bens e mercadorias.

Validade da apólice: 31/03/2020.

Valor de cobertura: limitado a R\$7.000.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras reapresentadas, foram aprovadas pela Administração da Operadora em 19 de agosto de 2019.

As demonstrações financeiras originalmente apresentadas haviam sido aprovadas pela Administração da Operadora no dia 29 de março de 2019.